

Tecon Rio Grande S.A.

CNPJ/MF nº 01.640.625/0001-80 - NIRE nº 43300035182

provável que os benefícios econômicos futuros associados à despesa fluam para a Companhia. O ágio da aquisição de um negócio é registrado pelo custo na data de aquisição do negócio menos as perdas acumuladas por impairment. Um item do imobilizado e intangível é baixado por ocasião de alienação ou quando não se espera benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda resultante da alienação ou retirada de um item do imobilizado e intangível é determinado como sendo a diferença entre os ganhos na alienação, se aplicável, e o valor contábil do ativo e é reconhecido na demonstração do resultado.



O imobilizado e o intangível são depreciados pelo método linear com base na vida útil estimada, a partir da data em que o ativo estiver disponível para o uso e capitalizado. (*) menor período entre o prazo do aluguel e a vida útil do ativo

subjacente. O ágio apresentado no intangível é referente ao ágio pago (expectativa rentabilidade futura) pelas suas ex-contraladoras WS TRG Projeto Portuários e WVP Participações Ltda, na aquisição do Tecon RG. Tecon RG incorporou suas ex-contraladoras. Em 31/12/2023 e 2022 a Companhia possuía ativo intangível com vida útil indefinida, referente a marca.

6.2. Conciliação do saldo contábil do ativo imobilizado

Custo	Terrenos e Veículos, máquinas, construções e equipamentos		
	construções	Veículos e equipamentos	Total
31/12/2021	332.458	485.853	818.311
Adições	9.411	10.523	19.934
Baixas	(394)	(7.998)	(8.392)
Transferência	138	(138)	-
31/12/2022	341.613	488.240	829.853
Adições	9.498	23.205	32.703
Transferência	(268)	268	-
Transferência entre imobilizado e intangível	-	(36)	(36)
Baixas	-	(589)	(589)
31/12/2023	350.843	511.088	861.931
Depreciação acumulada	172.332	316.910	489.242
Adições	8.595	24.928	33.523
Baixas	(393)	(7.964)	(8.357)
31/12/2022	180.534	333.874	514.408
Adições	9.988	23.001	32.989
Baixas	-	(519)	(519)
31/12/2023	190.522	356.356	546.878
Saldo contábil	160.321	154.732	315.053
31/12/2022	161.079	154.366	315.445

Em 31/12/2023 e 2022 não há juros capitalizados. Máquinas e equipamentos com valor contábil líquido de R\$0,2 milhões (31/12/2022: R\$0,4 milhões) foram dados como garantia em vários processos judiciais tributários. Em 31/12/2023, a Companhia tinha compromissos contratuais para a aquisição e construção relacionados a ativos imobilizados no valor de R\$27,8 milhões (31/12/2022: R\$29,6 milhões). O montante refere-se, principalmente, a melhorias em máquinas e equipamentos e melhorias no Terminal. Em 31/12/2023 e 2022 a Companhia não identificou qualquer indicativo de perda do valor recuperável sobre seus ativos.

6.3. Conciliação do saldo contábil do ativo intangível

Custo	Sistemas aplicativos, Marcas e patentes		
	softwares	Ágio	patentes
31/12/2021	24.213	11.860	3 36.076
Adições	1.310	-	- 1.310
Baixas	(1.210)	-	- (1.210)
31/12/2022	24.313	11.860	3 36.176
Adições	1.883	-	- 1.883
Transferência entre intangível e imobilizado	36	-	- 36
31/12/2023	26.232	11.860	3 38.095
Amortização acumulada	17.575	-	- 17.575
Adição	3.338	-	- 3.338
Baixas	(1.210)	-	- (1.210)
31/12/2022	19.703	-	- 19.703
Adição	2.559	-	- 2.559
31/12/2023	22.262	-	- 22.262
Saldo contábil	3.970	11.860	3 15.833
31/12/2022	4.610	11.860	3 16.473

Em 31/12/2023 e 2022, a Companhia não identificou qualquer indicativo de perda do valor recuperável sobre ativos intangíveis. **7. Direito de uso. 7.1. Política contábil.** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso correspondente ao arrendamento pelo valor de custo na data inicial do contrato que seja ou contenha um arrendamento, e posteriormente deprecia esses ativos pelo método linear sobre o período contratual. O grupo mais relevante de arrendamento da Companhia são os ativos operacionais, que se referem, basicamente, ao direito de arrendar e operar o terminal de contêiner no porto de Rio Grande. Esse arrendamento está em vigor até 2047. Para mais informações, ver 7.2. Conciliação do saldo contábil do direito de uso

Custo	Ativos operacionais, Veículos, máquinas e equipamentos, Arrendamento financeiro			
	opera-cionais	Construções	Veículos, máquinas e equipamentos	Arrendamento financeiro
31/12/2021	278.080	971	828	12.544 292.423
Remensurações de contratos ⁽¹⁾	27.450	3	26	- 27.479
Adições	-	-	797	- 797
Contratos finalizados	-	(101)	(38)	- (139)
31/12/2022	305.530	873	1.613	12.544 320.560
Remensurações de contratos ⁽¹⁾	16.901	8	-	- 16.909
Adições	-	-	659	- 659
31/12/2023	322.431	881	2.272	12.544 338.128
Depreciação acumulada	25.342	530	823	12.466 39.161
Adições ⁽²⁾	11.043	146	345	25 11.559
Contratos finalizados	-	(61)	(21)	- (82)
31/12/2022	36.385	615	1.147	12.491 50.638
Adições	11.797	130	347	22 12.296
31/12/2023	48.182	745	1.494	12.513 62.934
Saldo contábil	274.249	136	778	31 275.194
31/12/2022	269.145	258	466	53 269.922

⁽¹⁾ As remensurações referem-se aos reajustes monetários ocorridos anualmente decorrente de aniversário dos contratos. ⁽²⁾ Valores brutos de PIS e COFINS. O impacto líquido no resultado corresponde a R\$11,2 milhões (31/12/2022: R\$10,5 milhões). Em 31/12/2023 e 2022, a Companhia não identificou qualquer indicativo de perda do valor recuperável sobre esses ativos. **8. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento. 8.1. Política contábil.** Empréstimos e financiamentos. Empréstimos e financiamentos são passivos financeiros inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido de custos de transação incorridos, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos da taxa efetiva de juros e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos de transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em curso, usando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas nos empréstimos são reconhecidas como custos de transação. Os juros sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados como parte do imobilizado caso estejam diretamente ligados a um ativo qualificável. A capitalização ocorre até que o ativo qualificável esteja pronto para uso. Em 2023 e 2022, a Companhia não registrou nenhum custo capitalizado de empréstimo. Os juros sobre empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período em que forem incorridos.



Passivos de arrendamento. Passivos de arrendamento são inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento, descontados pela taxa de empréstimo incremental. Para um portfólio de arrendamentos com características similares, os passivos de arrendamento

podem ser descontados usando uma única taxa de desconto. Os pagamentos incluídos no passivo de arrendamento abrangem pagamentos fixos e seus prazos podem considerar a opção de renovação, quando o exercício da opção contratual é provável e a Companhia detém o controle. Contratos de baixo valor ou de curto prazo são reconhecidos como uma despesa no resultado com base no método linear sobre o período contratual. Pagamentos de arrendamentos variáveis não relacionados a um índice ou taxa são reconhecidos como despesa quando incorridos. Em 31/12/2023, R\$3,9 milhões foram reconhecidos no resultado, relativos a contratos de baixo valor e curto prazo e pagamentos variáveis de arrendamento não incluídos na mensuração de passivos de arrendamento (31/12/2022: R\$1,4 milhões).

8.2. Composição dos empréstimos e financiamentos.

Empréstimos com garantias	Taxa de juros % a.a.	31/12/2023	31/12/2022
CCB - NCE - Real	12,75% - 13,25%	71.495	-
Santander - NCE - Real	13,59%	32.651	32.769
Bradesco - NCE - Real	12,58% - 12,95%	25.456	63.608
Total		129.602	96.377
Total Real - circulante		59.602	41.377
Total Real - não circulante		70.000	55.000

8.3. Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos	31/12/2023	31/12/2022
No primeiro ano	59.602	41.377
No segundo ano	70.000	25.000
Do terceiro ao quinto ano (inclusive)	-	30.000
Total	129.602	96.377
Total circulante	59.602	41.377
Total não circulante	70.000	55.000
8.4. Conciliação dos empréstimos e financiamentos com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento		
31/12/2021		101.088
Adições		30.000
Amortização do principal		(37.500)
Amortização de juros		(12.659)
Juros provisionados		15.448
31/12/2022		96.377
Adições		70.000
Amortização do principal		(37.500)
Amortização de juros		(15.478)
Juros provisionados		16.203
31/12/2023		129.602

8.5. Garantias de empréstimos e financiamentos. O contrato de financiamento do terminal de contêiner Rio Grande com o Bradesco para aquisição de equipamentos conta com uma garantia corporativa da Wilson Sons Terminais e Logística Ltda. **8.6. Cláusulas restritivas de contratos de financiamento.** A Wilson Sons Terminais e Logística Ltda., como garantidora corporativa, deve cumprir anualmente com pelo menos duas das três cláusulas dos contratos de financiamento do Tecon Rio Grande S.A., celebrados com o Bradesco. As cláusulas restritivas financeiras estão detalhadas abaixo:

	Wilson Sons Terminais e Logística Ltda
EBITDA ⁽¹⁾ / Receita operacional líquida ⁽²⁾	-
EBITDA / serviço da dívida ⁽³⁾	>= 1,3
Patrimônio líquido ⁽⁴⁾ / Total do ativo ⁽⁴⁾	>= 0,3
Dívida líquida ⁽⁵⁾ / EBITDA	<= 3,0

⁽¹⁾ EBITDA (LAJIDA) - Lucro antes do resultado financeiro menos depreciação e amortização, excluindo os impactos do CPC 06 (R2) (IFRS 16). ⁽²⁾ A Companhia deve cumprir com as cláusulas restritivas financeiras EBITDA / Receita operacional líquida ou EBITDA / Serviço da dívida. ⁽³⁾ Serviço da dívida - amortização e juros pagos, excluindo os impactos do CPC 06 (R2) (IFRS 16). ⁽⁴⁾ Excluindo os impactos do CPC 06 (R2) (IFRS 16). ⁽⁵⁾ Dívida Líquida - Financiamentos (excluindo os impactos do CPC 06 (R2) (IFRS 16)) menos caixa e equivalentes de caixa. Em 31/12/2023 e 2022, a Wilson Sons Terminais e Logística Ltda cumpriu com todas as cláusulas restritivas anuais para os contratos de empréstimo acima mencionados. **8.7. Conciliação dos passivos de arrendamento**

31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
Adições	269.573	269.573
Rescisão de contratos	797	797
Remensurações de contratos ⁽¹⁾	(62)	(62)
Amortizações do principal	27.478	27.478
Apropriação de juros ⁽²⁾	(28.898)	(28.898)
Descontos	24.649	24.649
31/12/2022	293.537	293.537
Adições	659	659
Remensurações de contratos ⁽¹⁾	16.909	16.909
Amortizações do principal	(30.573)	(30.573)
Apropriação de juros ⁽²⁾	25.852	25.852
Descontos	(2)	(2)
31/12/2023	306.382	306.382

⁽¹⁾ As remensurações referem-se aos reajustes monetários ocorridos anualmente decorrente de aniversário dos contratos. ⁽²⁾ Valores brutos de PIS e COFINS. O impacto líquido no resultado corresponde a R\$24,2 milhões (31/12/2022: R\$23,0 milhões).

8.8. Análise de vencimento dos passivos de arrendamento

	31/12/2023	31/12/2022
No primeiro ano	30.690	28.893
No segundo ano	30.403	28.764
Do terceiro ao quinto ano (inclusive)	90.281	85.302
Após cinco anos	543.216	542.158
Total passivo de arrendamento não descontado	694.590	685.117
Ajuste a valor presente	(388.208)	(391.580)
Total passivo de arrendamento	306.382	293.537

8.9. Informações adicionais sobre os passivos de arrendamento. A fim de cumprir com um normativo emitido pela Comissão de Valores Mobiliários brasileira ("CVM"), as informações são divulgadas para fins de projeção de inflação futura, sendo as demais premissas mantidas.

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo inflacionado	741.222	724.020
Juros embutidos	(419.647)	(418.303)
Passivo de arrendamento	321.575	305.717

9. Impostos a recolher e a recuperar

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ and CSLL ⁽¹⁾	19.670	21.636	-	-	813	807
Precatório ⁽²⁾	-	-	5.754	6.193	-	-
PIS and COFINS ⁽³⁾	855	5.579	4	-	2.305	2.083
INSS ⁽⁴⁾	23	23	171	171	1.988	1.854
ISS ⁽⁵⁾	14	120	-	-	1.734	1.380
FGTS ⁽⁶⁾	-	-	-	-	498	556
Outros impostos	76	31	-	-	20	-
Total	20.638	27.389	5.929	6.364	7.358	6.680

⁽¹⁾ Imposto de renda e contribuição social a recuperar e a recolher. ⁽²⁾ Precatório - Processos tributários a recuperar. ⁽³⁾ PIS e COFINS - Tributos federais a recuperar e a recolher cobrados sobre a receita bruta. ⁽⁴⁾ INSS - Contribuição federal para a seguro social. ⁽⁵⁾ ISS - Imposto sobre serviços. ⁽⁶⁾ FGTS - Fundo de garantia por tempo de serviço. **10. Imposto de renda e contribuição social.**

10.1. Política contábil. A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado abrangente uma vez que exclui ou inclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens que nunca são tributáveis ou dedutíveis. A despesa com imposto corrente da Companhia é calculada usando taxas que foram publicadas ou substancialmente publicadas até o final da data de encerramento do exercício. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com base nas diferenças temporárias do valor contábil e da base de cálculo de ativos e passivos, bem como prejuízos fiscais apurados. Entretanto, o imposto diferido não é reconhecido quando é improvável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser usadas e a partir do reconhecimento inicial do ágio resultante de uma combinação de negócios ou se resultar do reconhecimento de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afete o lucro ou prejuízo tributável. A Companhia compensa ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes quando esses itens estiverem em uma mesma entidade e se referirem a impostos cobrados pela mesma autoridade fiscal que permite que a Companhia faça ou receba um único pagamento líquido. Nas demonstrações financeiras, um ativo fiscal diferido de uma entidade da Companhia não pode ser compensado contra um passivo fiscal diferido de outra entidade do Grupo uma vez que não existe um direito legalmente exigível para compensar ativos e passivos fiscais entre as empresas do Grupo. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos através de lucro ou prejuízo, exceto quando se referirem a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. **10.2. Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas.** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidas considerando premissas e fluxos de caixa projetados. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores limitados a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de vendas e custos operacionais; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais.

10.3. Composição dos impostos diferidos

	Depreciação fiscal		Outros impostos diferidos		Itens não monetários	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
31/12/2021						
Crédito no resultado	(44.379)	221	5.773	1.948	(8.747)	(47.353)
31/12/2022	(44.158)	420	7.721	4.644	(7.952)	(44.389)
Crédito no resultado	(43.738)	420	7.721	4.644	(7.346)	(38.719)
31/12/2023	(43.738)	420	7.721	4.644	(7.346)	(38.719)
Imposto de renda diferido passivo					(38.719)	(44.389)
Total					(38.719)	(44.389)

10.4. Imposto de renda e contribuição social - conciliação do resultado. O imposto de renda (IRPJ e CSLL) no Brasil é calculado à uma alíquota combinada de 34% sobre o lucro tributável do exercício.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos impostos	172.126	129.530
Alíquota nominal brasileira (34%)	(58.523)	(44.040)
Ajuste de exercícios anteriores	(156)	(1.424)
Despesas não dedutíveis	1.844	1.404
Outras deduções	3.280	1.845
Despesa de imposto de renda	(53.555)	(42.216)
Impostos correntes </		